



Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa CMDDPI – Petrópolis



Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDDPI) do mês de Outubro do ano de 2009, realizada no dia vinte e oito de outubro no Auditório da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania situada à Rua Aureliano Coutinho nº oitenta e um, segundo andar,, Centro, Petrópolis, RJ, com início previsto para as dezessete horas, convocada pela Presidente Gabriela de Almeida Falconi através do DO de número 3367 de vinte e quatro de outubro de dois mil e nove à página 01, tendo como assuntos de pauta: Primeiro: Instituições de Longa Permanência para Idosos e segundo Resolução CMDDPI. A Reunião efetivamente teve início em segunda convocação às dezessete horas e trinta minutos, após ter sido esgotado o prazo de quinze minutos da primeira convocação, quando, então, segundo o Regimento Interno do Conselho, em seu Artigo vinte e quatro, Parágrafo primeiro, já havia o quorum necessário de Conselheiros. Registraram sua presença em livro próprio para tal fim quatro Conselheiros Titular ou Suplentes no exercício da titularidade do Poder Público, sete Conselheiros Titulares ou Suplentes no exercício da titularidade da Sociedade Civil além de quatro visitantes, Ao iniciar os trabalhos, a Presidente deu as boas-vindas e abriu a plenária agradecendo a presença de todos e explicando que o motivo da convocação é devido a alguns questionamentos sobre as fiscalizações do Ministério Público e Vigilância Sanitária e como o CMDDPI pode ajudar com algum encaminhamento e também sobre o cadastramento das instituições no CMDDPI conforme determina o artigo 48 parágrafo único da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso. O Sr. Eduardo da ILPI Bento Contoleno informa que já entregou o requerimento de cadastramento. Gabriela esclarece que o requerimento que foi entregue foi o solicitado pelo Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Idosa – CEDEPI mas que a resolução para o cadastro das ILPI no CMDDPI seria apresentada nesta reunião para aprovação e que este cadastro não libera funcionamento da instituição e sim atesta o seu registro no CMDDPI de acordo com o que a lei determina. Gabriela explica que a resolução será publicada no diário oficial e posteriormente as instituições serão informadas de quais documentos deverão entregar ao CMDDPI para o procedimento do cadastro, informa que o processo é similar ao cadastramento no conselho de assistência social. Após a apresentação da documentação o CMDDPI emite um Certificado atestando o registro da Instituição. Gabriela pergunta a plenária por qual item de pauta desejam começar, pois a secretária de assistência social, trabalho e cidadania foi convocada para uma reunião na câmara e avisou que iria atrasar um pouco. A plenária delibera em inverter a pauta e começar a reunião pelo item 2, pois é mais rápido. Gabriela lê a minuta da resolução dando as devidas explicações, a plenária altera o texto da minuta no quesito da validade do certificado de 3 anos para 2 anos. No quesito tempo para o CMDDPI expedir a documentação também é alterado de 40 para 30 dias. O Sr. Eduardo diz que é importante saber se todas as ILPI possuem alvará. Gabriela explica que haverá um prazo para a entrega dos documentos e é deliberado que servirá o protocolo de registro do alvará e poderá ser emitido um registro temporário de 6 meses, assim a instituição não é prejudicada. A plenária aprova o texto e Gabriela informa que o submeterá à Profa. Josília da OAB antes da remessa para a publicação. É aberto o primeiro item de pauta e Gabriela informa que o conselho recebeu algumas reivindicações sobre a fiscalização do Ministério Público e abre o espaço para que a plenária possa ouvir os representantes das Instituições de Longa Permanência em suas colocações e dificuldades. O Sr. Carlos Eduardo da ILPI Bento Coteleno pede para começar e diz que



Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa CMDDPI – Petrópolis



não tem problema com o Ministério Público mas coloca que é fiscalizado também pela Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, e CMDDPI. Cada órgão chega fiscalizando em cima da RDC 283 mas ele diz que fica em dúvida em quem atender primeiro, pois cada uma pede uma coisa diferente. Diz que a instituição foi aprovada pelo MP e Conselho na fiscalização que fizeram juntos, mas a Vigilância Sanitária não gostou. Tenta atender a todos mas fica a dúvida. Gabriela pergunta se o MP deixa algum papel informando o que está errado, Eduardo diz que tiram foto e anotam tudo e depois ele recebe o que deve ser consertado. Gabriela pergunta quando foi a última fiscalização da vigilância sanitária na instituição de Eduardo, ele informa que foi 20 de junho de 2009. Informa que a Vigilância Sanitária chega pedindo mudanças que não cabem no orçamento da casa. Eduardo recorre e o argumento da vigilância é que se não cumprir irá multar a casa. Eduardo recorre através de advogado que protocola o recurso na vigilância no Rio de Janeiro. Ele dá o exemplo do problema que teve com a lavanderia que foi fechada e agora está terceirizada. Ele chamou os familiares e pediu para ajudarem. Ele terá que fazer mais obras, mais despesas. Cláudia da ILPI Sagrado Coração de Jesus, diz que está há pouco tempo na casa que se mudou e também está fazendo obras, pois agora pode abrigar mais idosos que na casa onde estava. A vigilância está em cima, pois foi pedida a rampa e ela está providenciando, mas também está preocupada com a porta do banheiro. Gabriela pergunta qual foi a última visita da vigilância sanitária. Cláudia responde que ainda não foram lá. Gabriela pergunta qual a última do MP. Cláudia responde que foi durante 3 segundas feiras seguidas. Carlos Eduardo pede a palavra e informa que o MP tira as fotos, vai com a assistente social, Claudia confirma, e vai fazendo o que o MP pede e quando a VISA chega questiona tudo que estão fazendo juntos. Ele diz que a opinião da VISA é uma e a do MP é outra. Se preocupa com isso. Claudia concorda e acrescenta que ainda bem que o CMDDPI não está fazendo exigências, pois se eles tiverem que atender a tudo que o MP e a VISA pedem, os preços terão que aumentar muito para dar conta de tudo. Alexandra da ILPI Recanto da Melhor Idade Aconchego diz que discorda de metodologia de fiscalização do MP. Informa que já recebeu a Vigilância Sanitária (VISA) Estadual em março de 2009. Explica a plenária que o motivo da discordância é a maneira de tratamento pela representante do MP com os funcionários, diz que a casa está aberta a qualquer hora, mas acha que poderia haver mais respeito e que deve haver uma orientação. Gabriela pergunta se o laudo da visita da Vigilância Sanitária já chegou e Alexandra diz que ainda não recebeu. Gabriela pergunta à Sra. Mirian da ILPI Alcides de Castro quando a VISA foi em sua casa. Mirian responde que foi em Dezembro de 2008. Gabriela informa que estava presente na fiscalização e viu a VISA mandar descartar no lixo todos os remédios, comprados na véspera, que estavam fracionados. A plenária debate sobre o assunto. Mirian informa que está com processo na VISA para a mudança de endereço da casa pois ganharam um terreno na manga larga e apresentaram todos os documentos para liberação. Mirian explica que o MP também esteve na instituição neste dia e inclusive Andréa questionou o procedimento da VISA. Gabriela informa que acredita que começaram essa fiscalização mais pesada pois não puderam participar da reunião que a Dra Vanessa marcou com as ILPI. Gabriela também explica que neste dia da fiscalização da vigilância no Alcides de Castro, o conselho foi informado pela casa e que imediatamente ela ligou para o MP avisando do que estava acontecendo. Foi aí que a Andrea a sra. Sandra da secretaria da saúde foram ver o que estava acontecendo. Rosa



Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa CMDDPI – Petrópolis



da ILPI Despertar fala das obras que fez atendendo ao pedido da arquiteta indicada pelo MP. Conta que a vigilância esteve em sua casa em seguida à visita do Alcides de Castro em Maio e chegou implicando com a planta entre outras coisas. Também teve problemas com a lavanderia que foi feita a obra e instalado o que tinha de mais moderno. Mesmo assim a VISA Interditou. Rosa e Carlos explicam que explicaram a vigilância sanitária que faziam um trabalho conjunto com o ministério público, mas que isso em nada os ajudou nas fiscalizações. Gabriela sugere, como forma de ajudar, marcar uma visita da Vigilância Sanitária para fazerem uma palestra com as instituições para minimizar o efeito destas fiscalizações. Alexandra chama a atenção que todas as instituições devem participar, pois muitas faltaram a esta reunião. A plenária complementa que o Ministério Público também deve participar desta reunião para que todos cheguem a uma direção. É consenso que isso deve ser feito com todo o cuidado, pois se houver problemas as ILPI é que sofrerão com as fiscalizações. O Ministério Público deve ser convidado assim como a Vigilância mas é uma situação delicada, pois as instituições expressam sua preocupação. A plenária debate sobre o assunto, Gabriela explica como foi a reunião marcada em novembro de 2008 com o Ministério Público, Vigilância Sanitária, CMDDPI e ILPI aos conselheiros. A reunião que não chegou a acontecer pois o Ministério Público não chegou a uma concordância com a VISA e que todas as instituições e o conselho ficaram esperando no Setrac. Os representantes das instituições lembram que foi dito que pela Dra. Vanessa que nenhuma instituição seria fechada. Rosa conta sua versão da reunião. A plenária pede mais informações às instituições. Mirian conta que em outra visita da VISA, um setor que estava interditado foi liberado porque o Alcides de Castro tem um Termo de Ajustamento de Conduta com o MP. Eduardo acrescenta que com ele foi a mesma coisa. É sugerido também ter um respaldo jurídico para não prejudicar o andamento das fiscalizações. Rosa acrescenta que se for marcado este encontro, seja feito de uma maneira que não prejudique as ILPI, que não dê briga para que ninguém seja prejudicado. Demonstra sua preocupação, que é compartilhada pela demais instituições presentes. A plenária delibera que, em primeiro lugar, que seja proposta uma reunião entre Vigilância Sanitária, Ministério Público, Conselho e Procuradoria para expor das dificuldades no atendimento pelas instituições de suas exigências, pois cada uma pede uma coisa diferente da outra e se preocupam com quem atender e tentar pactuar uma única direção. Num segundo momento, uma segunda reunião com todos os órgãos acima e as instituições para um consenso. As instituições debatem e cobram uma posição do conselho em promover esse encontro. Gabriela inclusive lembra que já foi dada a sugestão das instituições se unirem em uma espécie de associação para se favorecerem. Eduardo diz que isso já foi proposto mas sem sucesso. Carlos lembra que quando o CMDDPI foi criado, um dos motivos da criação seria um respaldo para as instituições. A conselheira Catarina Maul lembra que as instituições tem que participar mais efetivamente do conselho, pois nunca participam e devem trazer as suas dificuldades. Gabriela então propões que as instituições participem da reunião do CMDDPI, pois não adianta virem pedir para o conselho intervir junto aos demais órgãos de fiscalização se não tiverem envolvidos. Gabriela verifica as instituições presentes: Recanto da Melhor Idade Aconchego, Casa de Benefícios Alcides de Castro, Abrigo São José Bento Cotoleno, Pousada Sagrado Coração de Jesus, Casa de Repouso Despertar. Ausentes: Ordem Hospitalar São João de Deus, Casa de Repouso Árvore da Vida, Abrigo Santa Paula,



Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa CMDDPI – Petrópolis



Casa de Repouso Reviver, Lar do Idoso Nossa Senhora Aparecida. Carlos propõe que as casas sejam convidadas a participar das reuniões do CMDDPI. Gabriela lembra que as reuniões são abertas e que todas as casas podem participar quando quiserem. Carlos lembra da divergência de ponto de vista da Vigilância Sanitária e do Ministério Público. Se preocupa em todo o trabalho que foi desenvolvido junto ao MP ser prejudicado. A plenária debate com os representantes das instituições. Gabriela lembra que já foi levantada a possibilidade pelo MP na Câmara, que Petrópolis tenha a modalidade de atendimento da Casa Lar, que é uma forma diferente das ILPI. São casas com menos idosos. O que será das ILPI que são tão exigidas. Gabriela lembra que pediu que o assunto fosse amplamente discutido. Os representantes perguntam quando será feito o cadastro. Gabriela explica todo o procedimento. A presidente pergunta se mais algum conselheiro ou convidado deseja fazer alguma consideração e não havendo mais nada a ser tratado, a presidente encerrou a reunião ordinária às dezoito horas e cinquenta minutos agradecendo a presença e a participação de todos os presentes. Ata redigida pela presidente Gabriela Falconi, e, estando conforme, vai assinada pela mesma e pelos demais Conselheiros. Petrópolis, vinte e oito de outubro de dois mil e nove.